

DESIGUALDADES EDUCACIONAIS NO BRASIL: UMA ANÁLISE FUNDAMENTADA EM BOURDIEU, FOUCAULT E FREIRE

JOSIMAR DE APARECIDO VIEIRA

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS), Sertão, Rio Grande do Sul, Brasil

Luís EDUARDO CARVALHO NOSKOSKI

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Palmeira das Missões, Rio Grande do Sul, Brasil

ESTÉFANI GYSI

Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Erechim, Rio Grande do Sul, Brasil

RESUMO: Este estudo analisa as desigualdades educacionais no Brasil sob a lente das teorias de Bourdieu, Foucault e Freire, buscando entender o papel da educação na reprodução e no enfrentamento das disparidades sociais. Trata-se de um estudo exploratório e descritivo, contando com uma abordagem qualitativa e quantitativa de dados do Censo Demográfico 2022 e por meio de uma revisão bibliográfica narrativa. A pesquisa revela que, apesar da queda no analfabetismo (9,6% para 7,0% em 12 anos), as desigualdades persistem em regiões menos desenvolvidas e entre grupos marginalizados. A análise aponta essas disparidades a fatores históricos, socioeconômicos e culturais, corroborando as teorias de Bourdieu sobre capital cultural e reprodução social, e a perspectiva de Foucault sobre controle social. Aponta a necessidade de políticas educacionais inclusivas e antirracistas para promover equidade e justiça social, conforme proposto por Freire, e ressalta a importância do compromisso com a equidade e a formação de professores para uma educação emancipadora e universal.

PALAVRAS-CHAVE: Desigualdades Educacionais. Políticas Públicas Inclusivas. Teorias Críticas da Educação.

INTRODUÇÃO

A educação é um processo fundamental que vai além do ensino de conteúdos acadêmicos, sendo a base para o desenvolvimento pessoal e social, promovendo a formação de sujeitos críticos, criativos e conscientes de seu papel na sociedade (Brandão, 1981; Apple, 2024). Por meio da educação, os estudantes desenvolvem conhecimentos, habilidades e valores que os capacitam a enfrentar os desafios da vida, a interagir de forma construtiva com o mundo ao seu redor e a contribuir para a transformação social (Apple, 2024).

No Brasil, as desigualdades educacionais representam uma questão complexa e multifacetada, manifestando-se de diferentes formas entre regiões, classes sociais e grupos populacionais (Silva; Silva Junior, 2021). Essas disparidades podem ser observadas em diversos aspectos, como a alocação de recursos, a infraestrutura escolar,

a capacitação dos professores e o acesso a materiais didáticos, refletindo desafios estruturais e históricos que impactam diretamente a qualidade do ensino (Saviani, 2023).

Nesse contexto, a educação contemporânea no Brasil tornou-se um campo de intensa disputa teórica e prática, em que se entrecruzam diversas correntes de pensamento (Castro e Brazão, 2022). Entre elas, destacam-se as contribuições de Pierre Bourdieu, Michel Foucault e Paulo Freire, cujas análises fornecem um quadro crítico para entender as dinâmicas de reprodução social, controle e as possibilidades de emancipação por meio da educação.

Destarte, este estudo tem o propósito de analisar essas disparidades à luz das teorias de Pierre Bourdieu, Michel Foucault e Paulo Freire, compreendendo como a educação pode tanto perpetuar quanto desafiar as desigualdades sociais. A partir dessa análise o trabalho fornece uma compreensão dos mecanismos subjacentes às desigualdades educacionais no Brasil e sugere caminhos para políticas públicas mais justas e inclusivas. A problemática encontra-se delimitada da seguinte forma: considerando as bases teóricas de Pierre Bourdieu, Michel Foucault e Paulo Freire, como a educação pode ser um mecanismo tanto de reprodução quanto de transformação social?

Dada a abrangência e complexidade do tema, este estudo está sistematizado em quatro seções. Além desta introdução, é detalhado o percurso metodológico adotado na pesquisa. Em seguida, apresenta-se uma revisão bibliográfica narrativa utilizando dados do Censo Demográfico de 2022 envolvida por uma análise crítica dos resultados obtidos. Por fim, são apresentadas as considerações finais.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Tendo em vista seu objetivo, este estudo configura-se como uma pesquisa de caráter exploratório e descritivo, desenvolvida com uma abordagem predominantemente qualitativa e dialética, complementada por uma análise quantitativa. Segue orientação naquilo que Minayo (2010) destaca: a pesquisa qualitativa lida com um universo de significados, motivações, aspirações, crenças, valores e atitudes, abrangendo um nível mais profundo das relações, processos e fenômenos que não podem ser simplesmente reduzidos à mensuração de variáveis.

A pesquisa incluiu uma revisão bibliográfica com o objetivo de proporcionar aos pesquisadores um contato direto com os estudos, análises e produções já existentes sobre o tema (Marconi; Lakatos, 2021). Seguiu-se a orientação desses autores, que ressaltam que esse tipo de investigação não se limita à repetição de ideias, mas consiste na análise de um tema sob uma nova perspectiva, possibilitando conclusões inovadoras (Marconi; Lakatos, 2021, p. 183). A revisão foi conduzida a partir de uma abordagem narrativa da literatura que, conforme Creswell (2021), esse método oferece uma base sólida para a organização e interpretação crítica e coerente da produção acadêmica existente sobre o assunto.

Os dados foram recolhidos em bases de dados acadêmicas, como o Portal de Periódicos Capes e *Google Scholar*, utilizando palavras-chave como “desigualdades educacionais”, “reprodução social na educação”, “controle social na educação” e

VIEIRA, J. de A.; NOSKOSKI, L. E. C.; GYSI, E.

“emancipação por meio da educação”. Além disso, foram consultadas fontes adicionais, como livros e relatórios de conferências, para garantir uma visão abrangente do tema. Já os dados principais sobre alfabetização e analfabetismo foram extraídos do Censo Demográfico 2022 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), fornecendo uma base empírica sólida para a análise das desigualdades educacionais no país.

As categorias de análise foram estabelecidas com base nas diretrizes de Minayo (2010), que distingue diferentes modalidades de análise de conteúdo, incluindo a de expressão, das relações, de avaliação, de enunciação e a categorial temática. Neste estudo, enfatizou-se essa última abordagem, que busca identificar os núcleos de sentido presentes na comunicação, cuja ocorrência ou frequência possuem relevância para o objetivo analítico proposto (Minayo, 2010, p. 210). Essa metodologia foi aplicada de maneira interpretativa, permitindo uma compreensão mais aprofundada do conteúdo investigado.

DESENVOLVIMENTO

O Censo Demográfico de 2022, conduzido pelo IBGE, fornece um panorama detalhado sobre as condições educacionais e os índices de alfabetização no Brasil. Esse levantamento é essencial para analisar a evolução das taxas de alfabetização e analfabetismo ao longo dos anos, além de evidenciar desigualdades persistentes entre diferentes regiões e grupos sociais (Silva; Martins, 2024).

A interpretação dos dados revela tanto os avanços obtidos nas últimas décadas quanto as desigualdades estruturais que ainda limitam o acesso e a qualidade da educação. A seguir, examina-se a relação dessas estatísticas com as perspectivas teóricas de Pierre Bourdieu, Michel Foucault e Paulo Freire, oferecendo uma análise mais aprofundada sobre as dinâmicas sociais e educacionais que influenciam o cenário educacional brasileiro.

Análise sobre as estatísticas

Segundo os dados do Censo Demográfico de 2022, a taxa de analfabetismo caiu de 9,6% para 7,0% ao longo de 12 anos. No entanto, essa redução não ocorreu de forma uniforme entre as diferentes regiões, grupos sociais e demográficos, evidenciando a persistência de desigualdades estruturais (IBGE, 2022). Esse cenário corrobora a perspectiva de Bourdieu (2014), que argumenta que as desigualdades educacionais refletem e perpetuam disparidades socioeconômicas, étnicas e culturais, impactando diretamente o acesso à educação e sua qualidade.

A teoria do capital cultural de Pierre Bourdieu oferece uma abordagem crítica para compreender o papel da educação na reprodução das desigualdades sociais. O autor defende que a escola, em vez de funcionar como um meio de ascensão social, muitas vezes legitima e reforça as desigualdades preexistentes (Bourdieu, 2014; Muzzeti, 2017).

O sistema educacional tende a favorecer aqueles que já possuem os recursos culturais valorizados, como linguagem, comportamentos e conhecimentos específicos, geralmente adquiridos em contextos familiares privilegiados. Dessa forma, em vez de reduzir as disparidades, a escola frequentemente aprofunda e perpetua as

desigualdades existentes, consolidando hierarquias sociais e dificultando a mobilidade de indivíduos de grupos menos favorecidos (Piotto; Nogueira, 2021). As Tabelas apresentadas a seguir mostram os dados estatísticos sobre alfabetização e analfabetismo no Brasil.

Tabela 1. Taxa de alfabetização e analfabetismo por região e Estado

Região	Taxa de Alfabetização (%)	Taxa de Analfabetismo (%)	Maiores Estados em Alfabetização	Menores Estados em Alfabetização
Norte	91,8	8,2	Amazonas (93,5%)	Pará (89,7%)
Nordeste	85,8	14,2	Bahia (89,5%)	Alagoas (82,3%)
e Centro-Oeste	94,9	5,1	Mato Grosso (95,8%)	Goiás (93,8%)
Sudeste	96,1	3,9	São Paulo (96,5%)	Rio de Janeiro (95,0%)
Sul	96,6	3,4	Santa Catarina (97,3%)	Paraná (95,8%)

Fonte: Elaborada pelos autores com base nos dados do Censo (IBGE, 2022).

A Tabela 1 demonstra que as disparidades regionais e estaduais em relação à alfabetização e ao analfabetismo no Brasil estão profundamente associadas a fatores socioeconômicos, históricos e culturais (Ribeiro; Lima; Batista, 2015). Enquanto as regiões mais desenvolvidas, como Sudeste e Sul, apresentam índices mais favoráveis, áreas menos privilegiadas, como Norte e Nordeste, ainda enfrentam desafios significativos.

Esse dados corroboram a teoria de Bourdieu, que aponta que a educação tende a favorecer aqueles que já possuem um capital cultural mais valorizado, refletindo-se na desigualdade de acesso e qualidade educacional entre as regiões (Piotto; Nogueira, 2021).

Diante desse cenário, torna-se evidente a necessidade de políticas públicas que promovam uma distribuição mais justa dos recursos educacionais, garantindo o acesso equitativo à educação de qualidade e contribuindo para a melhoria dos indicadores de alfabetização em nível nacional (Muzzetti, 2017).

E para que isso se efetive, é essencial repensar, dentre tantos aspectos, as avaliações de larga escala, visto que, a partir delas é realizado investimentos conforme as notas obtidas. De acordo com a Secretaria da Educação do Estado do Rio Grande do Sul (2025), alunos e professores receberão “recompensa” de acordo com a nota do Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Rio Grande do Sul (Saers) e do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb).

Entretanto, esse é mais um mecanismo de reprodução social, visto que, escolas que possuem uma condição favorável, com estudantes que podem usufruir do seu dia apenas com estudo, possuem condições financeiras para desenvolver o conhecimento para além do meio escolar, receberão notas mais elevadas. Assim, escolas periféricas,

com alunos e famílias vulneráveis, continuarão com o ensino precário, sem investimento, sem recurso e sem perspectivas de melhorias.

Tabela 2. Relação do analfabetismo com os tamanhos dos municípios

Tamanho do município	Taxa de analfabetismo (%)
Até 10.000 habitantes	13,6
10.001 a 20.000 habitantes	13,6
Mais de 500.000 habitantes	3,2

Fonte: Elaborada pelos autores com base nos dados do Censo (IBGE, 2022).

A Tabela 2 revela que municípios de menor porte apresentam índices de analfabetismo superiores aos das grandes cidades. Esse cenário está alinhado à teoria de Bourdieu, que aponta que a falta de investimentos e a ausência de políticas públicas direcionadas intensificam as desigualdades e limitam as oportunidades educacionais para os habitantes dessas localidades (Piotto; Nogueira, 2021).

As áreas rurais e os municípios pequenos enfrentam desafios expressivos, como a insuficiência de recursos, a escassez de profissionais qualificados e dificuldades no acesso a escolas de qualidade. Essa realidade destaca a necessidade de políticas públicas efetivas que promovam maior equidade no acesso à educação em todo o território nacional (Silva; Pasinato; Reis, 2023).

Já a Tabela 3 apresenta dados sobre analfabetismo e raça, demonstrando que as taxas de analfabetismo variam consideravelmente entre os diferentes grupos raciais no Brasil, evidenciando disparidades estruturais no acesso à educação.

Tabela 3. Relação do analfabetismo com a cor/raça.

Cor/Raça	Taxa de Analfabetismo (%)
Brancos	4,3
Pretos	10,1
Pardos	8,8
Indígenas	16,1

Fonte: Elaborada pelos autores com base nos dados do Censo (IBGE, 2022).

Esses dados evidenciam as profundas desigualdades raciais no acesso à educação, muitas vezes resultantes de um histórico de discriminação e marginalização (Alves; Alves, 2023). Essas disparidades reforçam a teoria da reprodução social de Bourdieu, que aponta que as instituições, incluindo o sistema educacional, desempenham um papel fundamental na manutenção das desigualdades sociais.

Além disso, corroboram a análise de Chizzotti e Casali (2021), que enfatizam que a discriminação e a segregação enfrentadas por grupos étnicos e culturais minoritários agravam essas desigualdades. Esse contexto perpetua um ciclo de exclusão e precarização, no qual a falta de acesso a uma educação de qualidade mantém a desvantagem social desses grupos, reduzindo suas chances de ascensão e participação plena na sociedade (Chizzotti; Casali, 2021).

A superação dessas disparidades exige a implementação de políticas educacionais inclusivas e antirracistas que promovam equidade e justiça social (Alves; Alves, 2023). Segundo Bhattacharya (2023), medidas públicas específicas são fundamentais para romper esse ciclo e garantir um sistema educacional mais justo e acessível, proporcionando oportunidades iguais para todos, independentemente de sua origem.

Dentre essas medidas públicas específicas, destaca-se a construção e implementação de materiais didáticos com temas geradores que condizem com a realidade vivida em cada contexto. Para Freire (1987, p.54), temas geradores são “temas de caráter universal, contidos na unidade época mais ampla, que abarca toda uma gama de unidades e subunidades continentais, regionais, nacionais etc., diversificadas entre si”. Desta forma, os estudantes podem desenvolver consciência real da sua história, permitindo reflexão e possíveis mudanças em suas realidades.

Da mesma forma, a formação continuada em serviço é uma ação necessária para o trabalho com esse material. Para Gatti (2003), a formação, tanto educacional como profissional, deve estar ligada à realidade, às experiências, ao modo de vida e às condições concretas de trabalho das pessoas que estão aprendendo. Nesse contexto, propiciando debates e metodologias condizentes, reflexivas e emancipadoras.

Além de promover materiais didáticos e formações docentes, é indispensável que a expressão artística, cultural e religiosa promova todos os credos, cores e raças. A partir da Lei nº 10.639/033 (Brasil, 2023), que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), tornou-se obrigatório o ensino da história e cultura Afro-Brasileira e Africana no currículo escolar. Contudo, persistem grandes desafios em sua efetiva implementação.

Conforme Gomes (2012), essa prática não deve se limitar a ações pontuais, como a leitura de textos ocasionais ou conversas rápidas em datas específicas, mas requer a descolonização do currículo, implicando uma ruptura epistemológica profunda que reconheça e valorize os saberes historicamente marginalizados.

A tabela a seguir apresenta a relação entre analfabetismo e gênero. Embora as taxas gerais de alfabetização sejam próximas entre homens e mulheres, há variações significativas que refletem diferenças culturais e históricas na forma como a educação é percebida para cada gênero.

Tabela 4. Relação do analfabetismo com o gênero sexual.

Sexo	Taxa de Alfabetização (%)
Mulheres	93,5
Homens	92,5

Fonte: Elaborada pelos autores com base nos dados do Censo (IBGE, 2022).

Atualmente, as taxas de alfabetização entre homens e mulheres são bastante próximas, com uma leve vantagem de 1% para as mulheres. Embora essa diferença seja pequena, ela é significativa, refletindo transformações nas normas e expectativas sociais ao longo do tempo.

A visão de Foucault (2014) sobre a educação como um meio de controle social complementa a análise de Bourdieu ao destacar que a escola funciona como um mecanismo de disciplinamento e normalização. Essa perspectiva ajuda a compreender como as instituições educacionais historicamente reforçaram normas sociais que influenciaram as oportunidades educacionais das mulheres.

A análise dos dados da Tabela 4 demonstra que, apesar dos avanços, barreiras históricas e normas sociais ainda impactam a igualdade de acesso à educação. Essa relação entre teoria e dados evidencia que as desigualdades educacionais não se limitam ao presente, mas são também resultado de estruturas sociais e culturais consolidadas ao longo do tempo (Macedo; Osório, 2023).

As estatísticas indicam que a taxa de alfabetização entre as mulheres supera a dos homens, o que pode ser atribuído a mudanças nas políticas educacionais e sociais das últimas décadas. Essas transformações têm favorecido uma maior equidade de gênero na educação, possibilitando que as mulheres superem diversas barreiras históricas (Guimarães Scalco; Pinto, 2023).

O aumento da participação e do sucesso das mulheres na educação reflete políticas e práticas educacionais que ampliaram suas oportunidades, promovendo maior equidade no acesso à escolarização. Esse avanço pode ser analisado à luz da perspectiva de Paulo Freire (2019), que defendia uma educação crítica e emancipatória. Para Freire, a educação deve ser um instrumento para superar desigualdades e garantir acesso equitativo ao conhecimento, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Por outro lado, é fundamental considerar que os homens, especialmente aqueles pertencentes a classes socioeconômicas mais baixas, frequentemente estão inseridos em trabalhos manuais e ocupações de menor qualificação, o que pode impactar negativamente seu acesso à educação e à alfabetização. De acordo com Bourdieu (2014), a desigualdade educacional também está atrelada ao capital social e econômico das famílias, influenciando a inserção dos homens em mercados de trabalho menos qualificados e com salários mais baixos. Esse cenário reflete as desigualdades estruturais e sociais de forma mais ampla, perpetuando ciclos de exclusão e limitações no desenvolvimento educacional.

Tabela 5. Relação do alfabetismo com a faixa etária.

Faixa Etária	Taxa de Analfabetismo (%)
15 a 19 anos	1,5
20 a 24 anos	1,5
25 a 34 anos	>2
35 a 44 anos	>2
45 a 54 anos	2,7
65 anos ou mais	20,3

Fonte: Elaborada pelos autores com base nos dados do Censo (IBGE, 2022).

A Tabela 5 revela que a taxa de analfabetismo entre idosos é consideravelmente elevada, refletindo um período em que a educação não era prioridade e que, atualmente, enfrenta desafios relacionados à inclusão e à adaptação às novas exigências econômicas e tecnológicas (Ottoni *et al.*, 2023).

Soler *et al.* (2022) ressaltam que, em décadas passadas, a educação formal muitas vezes não era valorizada para essa parcela da população, refletindo políticas educacionais que não priorizavam a inclusão e a equidade. Com o avanço de políticas públicas, a reformulação de leis e estruturas educacionais, o ensino tomou outras proporções, alcançando um número mais elevado de cidadãos.

Contudo, com a progressiva implementação do modelo neoliberal, a educação tornou-se cada vez mais voltada para a competitividade e as exigências do mercado, o que resultou na negligência da garantia de oportunidades educacionais igualitárias para todos os grupos sociais. O impacto desse contexto se reflete no currículo oferecido aos estudantes, no analfabetismo funcional, visto que a reflexão, debate e apropriação de conteúdos que condizem com a realidade, ficam em segundo plano.

Embora jovens e adultos analfabetos tenham sido contemplados por novas políticas e estruturas voltadas ao acesso à educação, diferentemente dos idosos, muitos ainda enfrentam desafios relacionados à permanência escolar. A trajetória interrompida pela desigualdade socioeconômica, a falta de motivação e de vínculo com a escola, bem como a insuficiência e a má interpretação de políticas públicas, resultam, entre outros fatores, na manutenção do analfabetismo.

Conforme destacam Russano e Prioste (2024), jovens analfabetos procuram a Educação de Jovens e Adultos (EJA) com o intuito de retomar os estudos, contudo, grande parte deles evadiu no Ensino Fundamental II e, por isso, não podem ser matriculados nas turmas voltadas à alfabetização. Essa limitação gera desmotivação, invisibilidade e a consequente permanência no estado de analfabetismo.

A implementação de uma educação emancipatória enfrenta obstáculos significativos, como a desigualdade no acesso e permanência e a necessidade de qualificação dos educadores (Marreiros *et al.*, 2024). Esses desafios se manifestam nas disparidades educacionais entre diferentes grupos raciais e regionais, conforme demonstram os dados estatísticos apresentados nos quadros (Monticelli; Coutinho; Cavalcante, 2023).

Para que uma educação crítica e participativa seja eficaz, é essencial que as instituições de ensino mantenham o foco em sua missão pedagógica central, evitando

que suas ações sejam desviadas por demandas assistencialistas (Estadulho, 2023). Trata-se de uma educação que transcende a mera transmissão de conteúdos e se estabelece como um processo de formação cidadã, capaz de estimular o pensamento reflexivo e a participação ativa dos estudantes na sociedade. Inspirada nas concepções de Paulo Freire, essa abordagem educacional busca desenvolver a consciência crítica, permitindo que os sujeitos compreendam as estruturas sociais, políticas e econômicas que moldam suas realidades e, a partir desse entendimento, atuem para transformá-las.

Uma educação assim concebida deve estar conectada com a realidade social, incentivando práticas educativas que ultrapassem os limites da escola e promovam o engajamento dos estudantes em sua comunidade. Trata-se de caminho essencial para o empoderamento dos sujeitos, permitindo que não apenas adquiram conhecimentos, mas também desenvolvam a capacidade de questionar, intervir e transformar a realidade em que estão inseridos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A desigualdade educacional no Brasil é um fenômeno complexo que reflete e reforça as estruturas sociais existentes. As teorias de Bourdieu, Foucault e Freire oferecem perspectivas complementares sobre como a educação pode ser um mecanismo tanto de reprodução quanto de transformação social. Superar essas desigualdades exige reformas estruturais que garantam acesso equitativo à educação de qualidade, promovendo uma formação cidadã crítica e emancipadora.

A análise das estatísticas de alfabetização e analfabetismo no Brasil, sob a perspectiva das teorias de Bourdieu, Foucault e Freire, revela tanto mecanismos de reprodução social e controle quanto ações voltadas para a emancipação. Enquanto Bourdieu e Foucault enfatizam a existência de estruturas e normas que mantêm as desigualdades sociais, ainda visíveis em diversos contextos educacionais, também há iniciativas inspiradas em Freire que estimulam a conscientização crítica e promovem a transformação social.

A desigualdade no acesso a recursos educacionais e a falta de formação adequada para professores continuam sendo obstáculos críticos, limitando a capacidade de proporcionar uma educação emancipadora. Essas questões são particularmente evidentes nas disparidades entre diferentes grupos e regiões, evidenciando a necessidade urgente de políticas educacionais mais inclusivas e recursos adequados para superar essas desigualdades.

A transformação do sistema educacional brasileiro em um ambiente verdadeiramente emancipador requer um compromisso com a equidade e a capacitação dos professores, garantindo que todos os estudantes, independentemente de sua origem, tenham acesso a oportunidades educacionais de qualidade. Somente assim será possível promover uma educação que valorize a diversidade e assegure a inclusão social de todos os cidadãos.

Espera-se que este estudo contribua para o debate sobre as desigualdades educacionais no Brasil, proporcionando um maior aprofundamento no entendimento do seu processo. Ressalta-se também a necessidade de novas investigações que explorem diferentes perspectivas, visando ampliar o conhecimento sobre a educação

enquanto um mecanismo tanto de reprodução quanto de transformação social. Diante da relevância dos conhecimentos abordados, recomenda-se a realização de novos estudos que aprofundem a temática, empregando diferentes abordagens metodológicas para ampliar ainda mais a análise da problemática, contribuindo para o planejamento e a estruturação de políticas educacionais.

Artigo recebido em: 02/04/2025
Aprovado para publicação em: 07/10/2025

EDUCATIONAL INEQUALITIES IN BRAZIL: AN ANALYSIS BASED ON BOURDIEU, FOUCAULT AND FREIRE

ABSTRACT: This study analyzes educational inequalities in Brazil through the lens of the theories of Bourdieu, Foucault and Freire, seeking to understand the role of education in reproducing and confronting social disparities. This is an exploratory and descriptive study, using a qualitative and quantitative approach to data from the 2022 Demographic Census and a narrative literature review. The research reveals that, despite the drop-in illiteracy (9.6% to 7.0% in 12 years), inequalities persist in less developed regions and among marginalized groups. The analysis points these disparities to historical, socio-economic and cultural factors, corroborating Bourdieu's theories on cultural capital and social reproduction, and Foucault's perspective on social control. It points to the need for inclusive and anti-racist educational policies to promote equity and social justice, as proposed by Freire, and highlights the importance of commitment to equity and teacher training for an emancipatory and universal education.

KEYWORDS: Educational Inequalities. Inclusive Public Policies. Critical Theories of Education.

DESIGUALDADES EDUCATIVAS EN BRASIL: UN ANÁLISIS A PARTIR DE BOURDIEU, FOUCAULT Y FREIRE

RESUMEN: Este estudio analiza las desigualdades educativas en Brasil a través de la lente de las teorías de Bourdieu, Foucault y Freire, buscando comprender el papel de la educación en la reproducción y enfrentamiento de las disparidades sociales. Se trata de un estudio exploratorio y descriptivo, que utiliza un enfoque cualitativo y cuantitativo de los datos del Censo Demográfico de 2022 y una revisión narrativa de la literatura. La investigación revela que, a pesar del descenso del analfabetismo (del 9,6% al 7,0% en 12 años), persisten las desigualdades en las regiones menos desarrolladas y entre los grupos marginados. El análisis apunta estas disparidades a factores históricos, socioeconómicos y culturales, corroborando las teorías de Bourdieu sobre el capital cultural y la reproducción social, y la perspectiva de Foucault sobre el control social. Señala la necesidad de políticas educativas inclusivas y antirracistas para promover la equidad y la justicia social, como propone Freire, y subraya la importancia del compromiso con la equidad y la formación del profesorado para una educación emancipadora y universal.

VIEIRA, J. de A., NOSKOSKI, L. E. C., GYSL, E.

PALABRAS CLAVE: Desigualdades Educativas. Políticas Públicas Inclusivas. Teorías Críticas de la Educación.

REFERÊNCIAS

ALVES, Lidiane Cossetin; ALVES, Lourdes Kaminski. Políticas educacionais, cultura e história afro-brasileiras e africanas: “capulana: um pano estampado de histórias”. **Debates em Educação**, [S. I.], v. 15, n. 37, p. e16636, 2023. DOI: 10.28998/2175-6600.2023v15n37pe16636.

APPLE, Michael W. **Educação e poder**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2024.

BOURDIEU, Pierre. **Capital cultural, escuela y espacio social**. México: Siglo Veinteuno, 2014.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 10 jan. 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 9 out. 2025.

BHATTACHARYA, Tithi (org.). **Teoria da reprodução social**: remapear a classe, recentralizar a opressão. São Paulo: Editora Elefante, 2023.

CASTRO, Éden; BRAZÃO, Paulo. Educação contemporânea e inovação pedagógica: Um novo paradigma. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 26, n. 00, p. e022119, 2022. DOI: 10.22633/rpge.v26i00.17221.

CHIZZOTTI, Antônio; CASALI, Alipio Marcio Dias. Desigualdade, pobreza e diferença: precariedade na vida escolar. **Educação e Filosofia**, Uberlândia, v. 34, n. 70, p. 193–222, 2021. DOI: 10.14393/REVEDFIL.v34n70a2020-49541.

CRESWELL, John W.; CRESWELL, J. David. **Projeto de pesquisa - métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 5. ed. Porto Alegre: Penso Editora, 2021.

ESTADULHO, Lady Jarcem. Escolas de Tempo Integral: Educação emancipadora ou assistencialismo?. **Anais do Seminário Formação Docente: Intersecção entre Universidade e Escola**, [S. I.], v. 5, n. 05, 2023. Disponível em: <https://anaisonline.uems.br/index.php/seminarioformacaodocente/article/view/8918>. Acesso em: 13 fev. 2025.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 42. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2014.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 53. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 11 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GATTI, Bernardete Angelina. Formação continuada de professores: a questão psicossocial. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, n. 119, p. 191-204, jul., 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/n119/n119a10.pdf>. Acesso em: 09 out. 2025.

GOMES, Nilma Lino. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. **Currículo sem Fronteiras**, v. 12, n. 1, p. 98-109, jan./abr. 2012. Disponível em: <https://www.curriculosemfronteiras.org/vol12iss1articles/gomes.pdf>. Acesso em: 9 out. 2025.

GUIMARÃES SCALCO, Lisiani; PINTO, Muriel. Violência contra a mulher e educação: uma revisão de literatura. **Revista de Estudos Interdisciplinares**, [S. l.], v. 4, n. 5, p. 42–58, 2023. Disponível em: <https://revistas.ceeinter.com.br/revistadeestudosinterdisciplinar/article/view/473> . Acesso em: 13 fev. 2025.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo brasileiro de 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/>. Acesso em: 1 ago. 2024.

MACEDO, Yuri Miguel; OSÓRIO, Antônio Carlos do Nascimento. Educação profissional e tecnológica frente às novas tendências educacionais no brasil: por uma perspectiva foucaultiana. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, Boa Vista, v. 13, n. 39, p. 01–12, 2023. DOI: 10.5281/zenodo.7686806.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

MARREIROS, Emerson *et al.* (2024). **As vertentes pedagógicas de Paulo Freire: relevância contemporânea e desafios na educação popular e emancipadora**. São Paulo: Editora Científica Digital, E-book, c. 2, v. 2., p. 22-37. DOI: 10.37885/240616773.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 29. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

VIEIRA, J. de A., NOSKOSKI, L. E. C., GYSI, E.

MONTICELLI, Fernanda Ferreyro; COUTINHO, Rosalba Lima; CAVALCANTE, Bruno. O Projeto Político Pedagógico e as possíveis conexões com as políticas externas. **Revista de Iniciação à Docência**, [S. I.], v. 8, n. 1, p. e12467, 1-19, 2023. DOI: 10.22481/riduesb.v8i1.12467.

MUZZETI, Luci Regina. Dominação masculina: a construção histórica materializada em herança social e cultural. **Camine**, v. 9, n. 1. 2017. DOI: <https://doi.org/10.5016/camine.v9i1.2142>

OTTONI, Máximo Alessandro Mendes; COUTRIM, Rosa Maria da Exaltação; OTTONI, Soraya Cavalcante Nunes; SANTOS, Maria Ivanilde Pereira. Políticas Educacionais voltadas para os idosos brasileiros: em busca da garantia de Direitos. **Serviço Social em Revista**, [S. I.], v. 26, n. 2, p. 456-475, 2023. DOI: 10.5433/1679-4842.2023v26n2p456.

PIOTTO, Débora C.; NOGUEIRA, Maria Alice. Um balanço do conceito de capital cultural: contribuições para a pesquisa em educação. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 47, p. e470100302. 2021. <https://doi.org/10.1590/S1517-97022021470100302>.

RIBEIRO, Vera Masagão; LIMA, Ana Lúcia D.; BATISTA, Antônio Augusto Gomes (orgs.). **Alfabetismo e letramento no Brasil: 10 anos do INAF**. São Paulo: Autêntica Editora, 2015.

SAVIANI, Darmeval. **Interlocuções pedagógicas**: conversa com Paulo Freire e Adriano Nogueira e 30 entrevistas sobre educação. São Paulo: Autores Associados, 2023.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL. Governador Eduardo Leite anuncia pacote de incentivos para profissionais da educação e estudantes da Rede Estadual. **Secretaria da Educação do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, 14 ago. 2025. Disponível em: <https://educacao.rs.gov.br/governador-eduardo-leite-anuncia-pacote-de-incentivos-para-profissionais-da-educacao-e-estudantes-da-rede-estadual>. Acesso em: 09 out. 2025.

SILVA, Artenilde Soares; SILVA JÚNIOR, Francisco Elismar. Educação emancipatória: A pedagogia do desaprender a aprender. **Linha Mestra**, v. 15, n. 44, p.160-168, 2021. DOI: <https://doi.org/10.34112/1980-9026a2021n44p160-168>.

SILVA, Fabiana Regina; PASINATO, Darciel; REIS, Cristiane Medianeira da Silva. Gestão escolar democrática e desafios da interpretação e aplicação da legislação em escolas da rede municipal de Caiçara, Rio Grande do Sul. **Série-Estudos - Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB**, [S. I.], v. 28, n. 64, p. 245-265, 2023. DOI: 10.20435/serieestudos.v28i64.1827.

SILVA, Giovanne da Costa; MARTINS, Antonio Alisson. Adequação da formação e atuação de professores: análise do censo escolar brasileiro. **Tecné, Episteme y Didaxis: TED**, [S.

I.J., n. 55, p. 118–121, 2024. Disponível em:
<https://revistas.upn.edu.co/index.php/TED/article/view/20998>. Acesso em: 13 fev. 2025.

SOLER, Rodrigo Diaz de Vivar; VAZ, Rafael Araldi; RAASCH, Patricia Tatiana; PACKER, Lara Nadine Kanitz; SILVA, Miguel Alois Pitz. Michel Foucault, à educação e o neoliberalismo. **Educação em Revista**, *[S. I.J.*, v. 38, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/edrevista/article/view/35257>. Acesso em: 13 fev. 2025.

JOSIMAR DE APARECIDO VIEIRA: Pós-Doutor em Educação (UFSM). Doutor em Educação (PUCRS). Professor titular do IFRS – *Campus Sertão*. Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT – IFRS) e do Programa de Pós-Graduação em Ciências e Tecnologias na Educação (PPGCITED - IFSul).

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3156-8590>

E-mail: josimar.vieira@sertao.ifrs.edu.br

Luís EDUARDO CARVALHO NOSKOSKI: Doutorando em Agronegócio pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Câmpus Palmeira das Missões. Mestre em Agronegócio (UFSM). Bolsista da Capes.

Orcid: <https://orcid.org/0009-0009-5088-0724>

E-mail: luiseduardocnoskoski@gmail.com

ESTÉFANI Gysi: Mestranda em Educação pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) – *Campus Erechim*. Professora da Rede Municipal de Ensino de Erechim.

Orcid: <https://orcid.org/0009-0003-9827-1836>

E-mail: gysiestefani1@gmail.com

Este periódico utiliza a licença *Creative Commons Attribution 3.0*, para periódicos de acesso aberto (*Open Archives Initiative - OAI*).